

Apresentação

A **Revista Estudos Geográficos (Rio Claro)** mantém em seu escopo diretrizes de publicação que objetivam garantir a pluralidade e o ineditismo dos trabalhos científicos. Nestas diretrizes consta ainda um elemento central que busca não transformar a publicação científica em uma reafirmação das lógicas produtivistas e quantitativistas que têm assolado a produção bibliográfica. Com efeito, temos adotado o critério de não acolher artigos que são apresentados com inúmeros autores em que notadamente não há acúmulo de trabalho empírico e ou construção teórico-crítica que justifiquem as inúmeras co-autorias. Práticas que reforçam modelos de acordos de grupos de pesquisa (sic) (grupos de amigos?) desvirtuando o papel da ciência e da divulgação científica.

Com esse compromisso vigilante é que apresentamos à comunidade geográfica, e científica de maneira geral, este novo número que reúne trabalhos relativos à análise de vegetação e clima; movimentos políticos territoriais; economia urbana, e a luta pela terra e a reprodução social campesina.

Inauguram, assim, dois trabalhos que tratam de dois tipos de vegetação que guardam relativa expressão territorial na composição florística brasileira, muçunungas e manguezais, mas que dadas as suas especificidades precisam ser mapeadas e preservadas. É o que nos aponta o trabalho intitulado **“Mapeamento de muçunungas no Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo utilizando técnicas de sensoriamento remoto”** de autoria de Carolina Ramalho Brito, professora de Engenharia Civil na Faculdade de Uberaba, Elpídio Inácio Fernandes Filho, docente do Departamento de Solos na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Tathiane Santi Sarcinelli, pesquisadora da empresa Fibria. As muçunungas apresentam formações desde campestres até florestais e ocorre sobre solos areno-quartzosos e hidromórficos, principalmente Espodossolos, na região dos Tabuleiros Costeiros do Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. O trabalho objetivou avaliar o desempenho dos classificadores da Máxima Verossimilhança e *Support Vector Machine*, bem como a contribuição de diferentes composições de bandas multiespectrais, do *Índice De Vegetação Da Diferença Normalizada* (NDVI) e da análise de componentes principais das imagens do satélite Sensor TM/Landsat5 para a separação de feições das muçunungas. Considera-se a relevância da pesquisa não apenas pelas estratégias metodológicas adotadas na identificação das respostas espectrais deste tipo de formação, mas, sobretudo, no reconhecimento de sua complexidade de comportamento o que denota a importância de sua identificação em campo possibilitando a identificação da vegetação, o mapeamento e, sobretudo, sua preservação.

O trabalho de Marcelo Martins de Moura-Fé, Antonia Gislaine Brito Marques Albuquerque e Eduardo Marcelo de Negreiros Freitas, pós-graduandos da Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulado **“A proteção do ecossistema manguezal pela legislação dos estados do nordeste brasileiro”** destaca as características intrínsecas dos manguezais e analisa a necessidade de alteração legislativa que objetive garantir em plenitude a preservação desta formação, uma vez que atualmente são desconsideradas as relações de interdependência dos diversos elementos de vegetação, solo e fauna desse ecossistema e conseqüentemente não apresentando uma segura proteção ambiental.

O trabalho **“Ordenamento do território e resiliência às dinâmicas climáticas: uma análise comparada entre o Pontal do Paranapanema-SP-Brasil**

e o Alentejo-Portugal” é uma contribuição de João Vitor Gobis Verges, Rômulo Silva De Góis e Braulio José Carvalhal-Luna, pós-graduandos pela Universidade de Lisboa, apresenta uma reflexão sobre o conceito de ordenamento territorial e sua relevância para as análises de sobre dinâmicas climáticas. Neste aspecto, consideram os autores as múltiplas dimensões do território e as efetivas medidas de mitigação, adaptação e resiliência face às nuances do clima, tendo como base empírica as regiões do Pontal do Paranapanema-SP-Brasil e Alentejo-Portugal, verificando os aspectos delineadores da relação homem/natureza na produção de resiliência aos comportamentos climáticos, concluindo sobre o papel decisivo que o conceito em tela apresenta para a existência de ações de mitigação e adaptação.

O Professor Carlos Eduardo Nobre, doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), apresenta uma reflexão sobre os movimentos sociais e suas ações, analisando-as como solidariedades geográficas em uma perspectiva de restauração de direitos e de reivindicação territorial. No sentido de reafirmar suas concepções o autor no trabalho **“Redes de movimentos sociais e território usado: dois exemplos em Alagoas”** analisa os movimentos Terra Trabalho e Liberdade e União da Luta pela Moradia.

Ainda em uma perspectiva teórica de reconhecimento do papel dos sujeitos sociais no processo de determinação territorial e de questionamento do protagonismo de Estado na ação política (geopolítica) Hebert Guilherme de Azevedo, Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Geógrafo na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, apresenta o texto **“Projeto de emancipação do Alcântara e política integracionista de São Gonçalo: conflitos discursivos”**. O autor que apresenta uma reflexão sobre a trajetória conceitual da geopolítica tem como centralidade analisar como os diversos sujeitos sociais apresentam diferentes representações e interesses nas lógicas de emancipação ou manutenção do território.

O **“Ensino de cidade: lugar e cidadania”** é o artigo apresentado pela Professora de Geografia do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – Universidade Federal de Goiás (Cepae-UFG), Eunice Isaias da Silva. Para a autora a cidade é um conteúdo, que perpassa todas as fases do Ensino Básico e pode ser objeto de estudo por meio de várias categorias, escalas, metodologias e desta forma, apresenta neste trabalho os resultados parciais de uma investigação sobre a possibilidade de estudar conteúdos de Geografia escolar com a mediação de charges e tiras de quadrinhos que retratam a dinâmica do espaço urbano/cidade, permitindo o debate crítico sobre a produção do espaço urbano e cidadania.

O Professor Kelson de Oliveira Silva, doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir do texto **“Reestruturação produtiva e a divisão territorial do trabalho no Vale do Assu”** faz uma análise das políticas de desenvolvimento e as transformações da região do Vale do Assu e suas reestruturações produtivas com a implantação da fruticultura. Destacando o autor os processos de mudanças da matriz produtiva regional anteriormente sustentada em diferentes produtos considerados básicos à reprodução do pequeno agricultor local, passou a se constituir em região produtora de frutas “tipo exportação” gerando impactos na estrutura fundiária, na economia local/regional e na divisão territorial do trabalho.

A questão da terra de significativa importância no debate geográfico brasileiro reúne reflexões sobre duas realidades extremamente distintas. **“A atualidade da luta camponesa na mesorregião Noroeste do estado do Paraná”**,

é o trabalho do Professor Fábio Luiz Zeneratti Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), em que aborda os conflitos que emanam da apropriação territorial no estado do Paraná. Para tanto, analisa a territorialização da luta pela terra na mesorregião Noroeste do estado a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo como foco empírico as estratégias de luta desenvolvidas pelos camponeses do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria e suas formas de integração à população local.

O segundo artigo desta temática e que encerra esse número de Estudos Geográficos refere-se ao artigo dos Professores José Antonio Lopes da Silva Junior e Rosemeire Aparecida de Almeida, docentes da Educação Básica e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, C. Três Lagoas, respectivamente, e intitula-se “**Estudo dos resultados socioeconômicos do PAA para a reprodução das famílias no assentamento Facão- Cáceres/MT**” em que são apresentados os rebatimentos econômicos e na qualidade de vida das famílias que fazem parte do Assentamento Facão, Cáceres/MT, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Considerando as transformações técnico-produtivas e econômicas que se integram aos assentamentos a partir desta política pública e sobretudo os efeitos relativos à manutenção de estoques reguladores e o acesso a alimentos em quantidades necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Desta forma, reunimos neste número, mais uma vez, uma diversidade de bases teóricas e estudos empíricos que valorizam a produção geográfica brasileira. Boa leitura a todos !

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Editor Chefe